

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.097 - BA (2019/0036168-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : RICARDO PEIXOTO SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : SEBASTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO -
BA014471
MAURÍCIO BAPTISTA LINS - BA018411
LIANA NOVAES MONTENEGRO - BA025723
MARCELO MARAMBAIA CAMPOS - BA019523
CAIO MOUSINHO HITA - BA043776
PEDRO RAVEL FREITAS SANTOS - BA048995
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por RICARDO PEIXOTO SILVA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região proferido no HC n.º 1015219-41.2018.4.01.0000.

Consta do autos que o Recorrente – preso cautelarmente desde 09/10/2017 – foi condenado às penas de 16 (dezesesseis) anos, 9 (nove) meses e 9 (nove) dias de reclusão e 9 (nove) meses de detenção, em regime inicial fechado, como incurso no art. 171, § 3.º (por três vezes), no art. 304 (por duas vezes), ambos do Código Penal, e no art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 296):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MOTIVAÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DENEGAÇÃO.

1. O *habeas corpus* serve para proteger quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (CR/1988, art. 5º, LXVIII).

2. A prisão foi decretada com fundamento na existência do crime e e provas da autoria que culminaram na condenação do paciente pela prática dos crimes do art. 171, § 3º (por 3 vezes), art. 304 (2 vezes) do Código Penal e art. 66 do Código de Defesa do Consumidor, totalizando a pena privativa de liberdade de 9 anos e 9 dias de reclusão no regime fechado.

3. Há fundamentos que justificam a prisão em flagrante e sua conversão em prisão preventiva, tendo em vista a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, para garantia da ordem pública,

da aplicação da lei penal, considerando a informação de que o paciente tem outra pena privativa de liberdade pendente de cumprimento em decorrência de ter deliberadamente frustrado a pena restritiva de direitos porque não compareceu à audiência admonitória, em completo desprezo à lei (ID2206693).

4. A liberdade provisória ou o direito de recorrer em liberdade somente seria cabível quando ausentes os requisitos para a prisão preventiva, impondo, se for o caso, outra medida cautelar (CPP, art. 321). A prisão preventiva pode ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos e indício suficiente de autoria (CPP, art. 312, Redação dada pela Lei 12.403/2011 e art. 313, I).

5. Habeas corpus denegado."

Neste recurso, sustenta a Defesa, em síntese, que (fl. 309):

"a) a manutenção da prisão preventiva vem se pautando em informação equivocada e não condizente com a realidade dos fatos, pois inexistente pena privativa de liberdade pendente de cumprimento em relação ao Recorrente;

b) a reincidência, por si só, não justifica a prisão preventiva, sobretudo quando não é específica e envolve crimes sem violência ou grave ameaça;

c) a imposição de medidas cautelares se revela mais do que suficiente no caso em exame para resguardar eventual ordem pública e a aplicação da lei penal."

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do Recorrente ou, subsidiariamente, a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

Pugna, ainda, pela intimação pessoal acerca da sessão de julgamento.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

Com efeito, o Juízo sentenciante destacou que o Recorrente "*é reincidente em crime doloso*" (fl. 54), o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública, em razão da possibilidade concreta de reiteração delitiva.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Para conhecimento dos causídicos, notifico que a data de julgamento será informada no *site* do Superior Tribunal de Justiça com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

